REGIONALIZAÇÃO: PROCESSOS CLÁSSICOS PARA ANÁLISES URBANO-REGIONAIS

Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Professor Adjunto do Curso de Geografia do CH – UFCG e do Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da UNEB.
maltaslma@gmail.com

RESUMO
Neste artigo discutem-se as contribuições de autores que tratam dos processos de análises urbano-regionais a partir de concepções teóricas clássicas. Para esse fim, toma-se como exemplo, a construção do polo hidrelétrico de Paulo Afonso, na região nordeste do Estado da Bahia – Brasil. São discutidos os principais conceitos vinculados às perspectivas mais tradicionais dessa abordagem, no intuito de examiná-los como possibilidades operativas para os estudos atuais de questão intra e interurbanas.
Palavras-chave: Regionalização. Hidrelétricas. Teorias clássicas.

RESUMEN
Este artículo debate las contribuciones de autores que tratan sobre los procesos de análisis urbano y regional, a partir de conceptos teóricos clásicos. Para este propósito, se tiene como ejemplo la construcción del conjunto hidroeléctrico de Paulo Afonso, en la región noreste del estado de Bahía, Brasil. Son debatidos los principales conceptos que están relacionados a las perspectivas más tradicionales de esta proposición, con el objetivo de examinarlos como posibilidades de trabajo para los estudios actuales sobre las cuestiones concernientes a lo urbano e interurbano.
Palabras-clave: Regionalización. Hidroeléctricas. Teorias clásicas

INTRODUÇÃO

As concepções teóricas vinculadas aos estudos urbanos regionais têm despertado grande interesse de pesquisadores de vários campos disciplinares que se debruçam sobre as relações espaciais na e entre redes de cidades e em escalas múltiplas. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições de autores clássicos da literatura geográfica que tratam do tema em questão, destacando-se: Christaller, Brian Berry, Losch, Perroux, Lasuen, Manzagol, Milton Santos, Lobato Corrêa e Casttel.

Para fundamentar empiricamente o estudo, confrontando-o com as abordagens postulados pelos citados autores, utilizou-se o exemplo da região submédia do rio São Francisco, na qual foi construído o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso – Bahia, Brasil.

1 PROCESSOS CLÁSSICOS DA ANÁLISE URBANO-REGIONAL

Brian Berry, (1975), no seu artigo intitulado *Cidades como sistemas de cidades* evidencia a necessidade do uso de modelos simbólicos para os estudos que visem a caracterização de sistemas espaciais, nos quais se possam compreender os fenômenos urbano-regionais. Estes modelos são o resultado da ação conjunta de generalizações indutivas e das elaborações lógico-abstratas. Para esse autor os modelos simbólicos são mais adequados para os estudos urbano-regionais, visto que podem fornecer representações idealizadas e verificadas a partir de processos de hierarquização de cidades como sistema espacial.

No tocante às generalizações indutivas, um exemplo importante é a relação tamanho-hierarquia para um determinado conjunto de cidades; ou a relação inverso-distância para as densidades demográficas dentro de uma cidade. São generalizações teóricas ou idealizadas, não realidades empíricas.

De acordo com Brian Berry, um dos modelos pioneiros para a elaboração de estudos de hierarquia urbano-regional foi a teoria da localidade central de Walter Christaller, de caráter estritamente dedutiva, que visava a compreensão de determinadas regularidades espaciais para explicar o tamanho, o número e distribuição de cidades compreendidas num agregado de cidades, cujas variações interagem num processo que apresenta determinadas regularidades compreensíveis em seu conjunto. Esse autor ressalta também as contribuições de Losch, sobretudo com relação à formação hexagonal dos mercados no interior dos sistemas espaciais hierarquizados.

Para Brian Berry, o modelo poderia ser expresso por equações lógico-matemáticas, desde que fossem consideradas as variáveis, a saber: população total servida pela localidade central; população da localidade central; população rural e população dos centros de níveis mais baixos, servida pela localidade central; área da área comercial servida; densidade demográfica da área servida; densidade demográfica daquelas partes da área servida que estão fora da localidade central; número de funções centrais desempenhadas pelo centro e como as funções centrais entram numa progressão regular; número de estabelecimentos e tipos de trabalho e a distância máxima que os consumidores viajarão para a localidade central.

Como se pode perceber, as variáveis levam a uma elaboração dedutiva de atividades ligadas, principalmente, ao setor de serviços, (terciário, comércio e serviços) considerando-se as possibilidades de deslocamento, uso de transportes, de uma população dentro de um sistema espacial de cidades.

Entretanto, é importante considerar que, como teoria geográfica e econômica, os enunciados de Christaller e posteriormente de Losch guardam algumas ressalvas. A principal delas, de acordo com Fujita; Krugman; Venables (2002), é o fato de que seus pressupostos preterem a ideia dos processos que originam a formação de uma dada hierarquização, dentro de um sistema de cidades. Por isso, esses autores preferem concebê-la mais como um esquema descritivo do que como um conjunto de enunciados que visem a compreensão da estrutura de um sistema econômico-espacial.

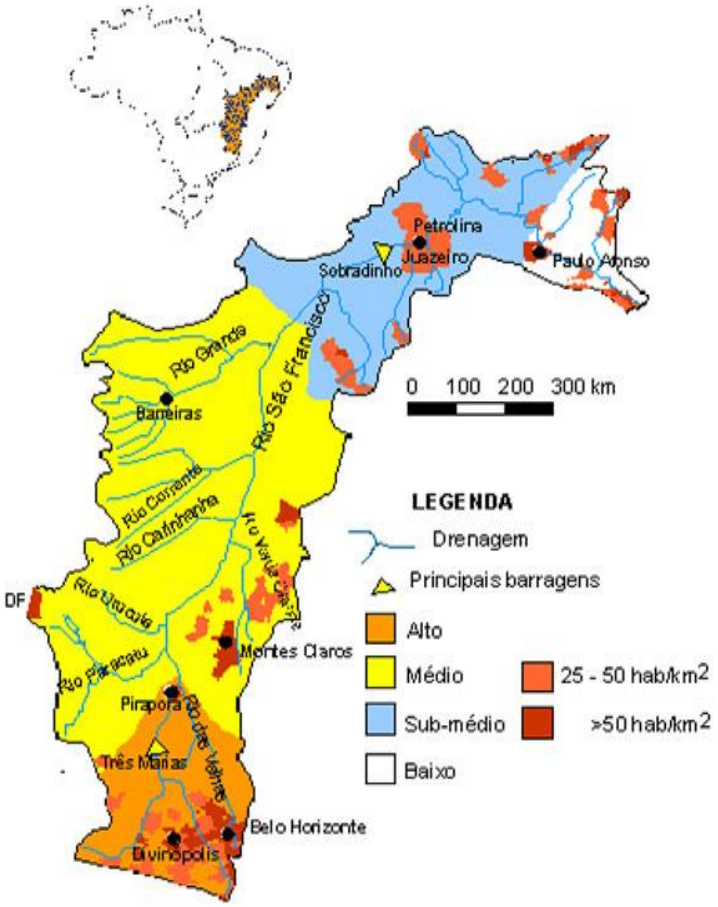
Com referência ao conceito de pólo de crescimento, originalmente concebido por Perroux (1975, p. 100), percebe-se que sua formulação refere-se a um conjunto de proposições no qual se põem em evidência o fato de que o crescimento apresenta grau variável de valor "com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia". Para explicação dos elementos que compõem o arcabouço teórico-metodológico desse conceito (pólo de crescimento), deve-se levar em conta a indústria motriz e o crescimento, o complexo de indústrias, o crescimento, o aumento dos pólos de crescimento e o crescimento das economias nacionais. Cada indústria motriz teria uma cadeia produtiva capaz de alavancar o desenvolvimento regional. Um velho exemplo clássico foi a indústria automobilística.

A indústria motriz, nesse conjunto, estaria associada à ideia de grande indústria, cuja atuação se daria pela articulação dos fluxos "de redes de preços e antecipações" num determinado polo de crescimento. Salienta-se a importância dos preços no processo de interdependência entre as empresas motrizes e as movidas. Note-se que as indústrias motrizes são as grandes indústrias, centros de irradiação de insumos, necessários a elaboração de produtos pelas indústrias movidas.

Como indústria motriz, o setor de geração e transmissão de energia hidrelétrica apenas parcialmente se encaixa na exemplificação da criação de pólos de crescimento. É o caso do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, cuja criação desencadeou transformações socioespaciais profundas nas estruturas sociais e naturais

preexistentes, tanto no sentido mais *stricto*, no contexto regional da área onde foram construídas as grandes hidrelétricas, como no seu sentido *lato*. Dissemos que a industrialização que se beneficiou da construção e funcionamento das usinas estavam, de fato, externas à região de Paulo Afonso. (mapa) Tanto as indústrias que consumiam o produto (energia) quanto os fornecedores de insumos, máquinas, equipamentos, etc, estavam longe da região citada. Do ponto de vista industrial, as usinas de Paulo Afonso não foram motrizes para sua própria região, mas sim enclaves. Do ponto de vista do comércio e dos serviços, entretanto, pode-se falar em efeitos motrizes de consumo populacional.

Mapa – Localização do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso na região sub-média do Rio São Francisco



Fonte: http://geoblogifba.blogspot.com.br/2010/08/411

Observe-se que, nesse caso, a existência de um complexo hidrelétrico está assentada em um projeto político que articula uma complexa rede de fluxos regionais, com objetivo de assegurar o fornecimento de energia para alimentar os processos de crescimento econômico da área de concessão do sistema hidrelétrico, ao qual se encontra entrelaçado. Com a interligação da rede de transmissão elétrica nacional, em tese, este complexo poderá fornecer energia para qualquer ponto do território nacional, inclusive exportá-la para alguns países visinhos.

Para Perroux, na constituição de um complexo de indústrias, num processo de crescimento regional, deve-se observar a existência de três elementos: a indústria-chave, o regime não concorrencial do complexo e a sua concentração territorial.

A indústria-chave, para esse autor, será aquela em que "induz na totalidade de um conjunto, por exemplo, de uma economia nacional um crescimento de produção global muito maior do que o crescimento de seu próprio volume de produção" (1975, p. 106).

Já em um processo concorrencial, a indústria motriz se coloca em vantagem em relação às indústrias movidas, na medida em que, sobre a primeira, atua uma ação estabilizadora, decorrente da ampliação de sua produtividade e da acumulação de capital se comparada com as indústria movida mais vulnerável às instabilidades da concorrência.

A concentração territorial, por sua vez, tende a induzir processos de transformação espacial de grande proeminência, principalmente no entorno da área de localização da indústria motriz, com o desencadeamento de necessidades da população residente nas proximidades desse tipo de indústria (transporte, alojamento, serviços públicos e privados). Daí observar-se o rápido crescimento de cidades e povoados, cuja origem, muitas vezes está atrelada à indústria de grande porte, circunstância considerada de grande relevância para compreensão dos processos sócio-espaciais na área objeto desse estudo.

Quando Perroux refere-se ao crescimento dos pólos e ao crescimento das economias nacionais, lembra duas conseqüências que estão associadas a esse processo: primeiramente a ação conflituosa entre os espaços de crescimento originado pelos pólos e a ação do estado e, em segundo lugar, a ação corporativa de governanças, cujos interesses, em algumas situações, podem dificultar o crescimento dos pólos.

Lasuen (1975, p. 114), debruçando-se sobre o conceito de pólo de crescimento de Perroux, lembra que, não raras vezes, este tem sido objeto de indefinições. Saliente-se, contudo, que as controversias oriundas dos debates abriram caminho para redefinições e elaborações de novos conceitos dele derivados. É interessante destacar o uso do conceito de pólo de crescimento e pólo de desenvolvimento no planejamento regional da Espanha da década de 70. Um polo de crescimento, naquele contexto, relacionar-se-ia a um "[...] centro de crescimento em uma região relativamente atrasada que necessita de um impulso adicional", ao passo que o polo de desenvolvimento seria um "centro estagnado em uma zona atrasada que exige um impulso considerável". Esse autor observa também a identificação desse conceito com o que é proposto por Friedmann citado por Lausen (1975) para quem o pólo poderia ser também identificado com o termo região *core* que, em última análise, significa cidades regionais e/ou centros de mercados.

Sobre os pontos nevrálgicos do conceito de polo de crescimento, Lasuen (1975) destaca que muito do avanço potencial desse conceito foi enfraquecido pelo desejo de Perroux e de seus seguidores de ver esse conceito aplicado ao planejamento, uma vez que, nem todos os instrumentos teórico-metodológicos associados à essência desse conceito, mostraram-se eficientes para explicar a cadeia causal dos fenômenos de um polo de crescimento, sobretudo, com relação ao caráter de interação de seus processos dinâmicos e dos efeitos das inovações sobre o complexo a ser estudado. Nesse sentido, de acordo com Lausen (1975), Perroux, na tentativa de compreender a estrutura de um pólo de crescimento, transpondo a sua teoria para o planejamento, optou por testar vários conceitos oriundos de outras áreas, ao invés de desenvolver suas próprias hipóteses. Fato que pode ser visualizado no seu segundo trabalho, Intitulado: la Firme Motrice dans la Région et da Région Motrice.

Santos (2003) lembra o fato de que, para compreensão da dinâmica de um pólo de crescimento, é importante que sejam revisadas as bases sobre a qual se assenta a teoria dos polos de crescimento. Sua crítica encontra guarida no caráter "aristocrático" das principais formulações dessa teoria, na qual a análise dos processos que estruturam a compreensão do espaço tende a ficar restrita aos fatores locacionais como argumenta a "análise regional clássica"; segundo santos, devem-se identificar, numa perspectiva multidisciplinar, os diversos sujeitos sociais que concorrem para explicar os fenômenos associados às estruturas monopolistas e

aos polos. Em outras palavras, a ideia dos polos necessitaria uma melhor exploração das suas conexões com os contextos sociais e políticos mais amplos.

Referindo-se ao sistema urbano e suas relações com o sistema industrial, Manzagol (1985) admite a existência de uma dualidade no seio das teorias que visam à compreensão das inter-relações entre o setor secundário e terciário, expressando-se tal dualidade, de um lado, pelas teorias que explicam a hierarquização dos sistemas de cidades, que estão baseadas no setor terciário, ao passo que, por outro lado, as teorias que visam a interpretação da lógica do espaço industrial gravitam em torno do setor secundário.

Essa dualidade, de certa forma, mostra uma prática dominante das pesquisas com essa temática no terceiro quarto do século XX. No entanto, revela-se pouco eficiente para a compreensão das relações contemporâneas, dado ao avanço do desenvolvimento científico e informacional da atualidade, mostrar-se bastante complexo em termos das diferenciações clássicas entre setor secundário e terciário.

A teoria de base econômica, por sua vez, aproxima-se do conjunto de proposições a serem examinadas nessa pesquisa. Seu postulado essencial reside no fato de que a existência de uma cidade tem como legado principal, os serviços que ela oferece para outras cidades. Nesse contexto, a sua importância pode ser expressa pelo número de empregos que proporciona para a própria população (emprego banal) somados aos empregos de base (empregos específicos) e estes relacionados à função exportadora da cidade (MANZAGOL, 1985).

No caso específico da região onde foram construídas as grandes hidrelétricas, no Sub-médio São Francisco, nota-se sua importância como fornecedora de energia para região Nordeste do Brasil, um insumo básico para produção de bens e consumo de serviços por outras categorias de atividades, embora a quantidade de empregos diretos (empregos específicos) gerados por esse tipo de indústria seja relativamente pequena. Isso acontece recentemente, principalmente, devido ao impacto da automação nos processos de geração e transmissão de energia sobre a geração de empregos regionais.

Outro aspecto relevante destacado por Manzagol, ligado à questão do efeito da automação sobre a geração de empregos diretos, relaciona-se à difusão de inovações nos sistemas espaciais que afetam os processos produtivos numa região. Sendo a inovação estimuladora da adoção de novas tecnologias e processos gerenciais, pode-se esperar que a grande empresa esteja mais inclinada a adotar valores favoráveis a inovações, afeitas à racionalização de seus processos produtivos. Para isso contam com o poder da comunicação e de seu papel transformador sobre os sistemas de produtividade preexistentes. Nesse contexto, Santos (2003) citando Meyer (1965) mostra que é grande o poder de persuasão dos meios de comunicação de massa. Isto porque nos processos de difusão a inovação se fortalece na medida em que propaga a estimulação do consumo pelos meios de comunicação de massa.

Pode-se afirmar que parte dos estudos ligados à análise de estruturas monopolistas e de seus rebatimentos regionais tem-se apoiado na teoria da difusão de inovações, apesar de sua atualidade como teoria geográfica não ser tão recente, tendo sido adotada por Ratzel no final do século XIX na Europa e por Carl Sauer nos Estados Unidos. No entanto, foram os trabalhos dos geógrafos Hangstrand que, primeiramente, se destacaram pelo tratamento eminentemente geográfico dado à teoria da difusão das inovações. De acordo com Santos (2003), tais trabalhos eram baseados em dois tipos: os indutivos, que pressupunham a existência de ondas de inovação, e os modelos probabilísticos ou estocásticos.

Seguindo essa tendência muitos outros autores se dedicaram aos estudos de difusão de inovação, destacando-se E. Rogers, F. Shoemaker, Pedersen, Friedman, Monbuje e Celso Furtado. Todos eles contribuiram para o

conceito de difusão de inovação, principalmente com relação ao estabelecimento de tipologias, formas e atuação de redes de inovação.

Em se tratando dos tipos de inovação, salientam-se as contribuições de E. Rogers e F. Shoemaker citadas por Santos (2003, p. 47). Para esses dois autores a inovação "é uma ideia ou uma prática percebida como nova pelo individuo". Já Perdensen, também citado por Santos, concebe a inovação como "uma técnica, organização ou ideia nova que se espalha". Essas duas definições assumem caráter tautológico, na medida em que não sugerem a necessidade de compreensão dos processos que deram origem à inovação. Santos destaca ainda, complementando essa concepção de inovação, as contribuições de Friedman para quem a inovação é aquilo que foi resultado de uma invenção, cujos desdobramentos históricos são reveladores de algo novo (de um produto, de um processo) produzido a partir de condições pretéritas de reorganizações produtivas.

Mabogunje, citado por Santos (2003), referindo-se ao conceito de modernização, revela que este poderia ser expresso pela propagação de inovações dos países mais desenvolvidos para os países menos desenvolvidos. Nesse contexto, percebe-se que o movimento de inovação seria um processo unidirecional, obdecendo fases e etapas.

Já Furtado, também citado por Santos, apresenta, uma concepção de modernização dependente da adoção de padrões de consumo, da parte dos países menos desenvolvidos em relação aos principais centros do capitalismo mundial. Para Santos, essa definição apresenta caráter restritivo na medida em que se apóia no fenômeno da dependência econômica para explicar a difusão de inovação, quando, na realidade, outros fatores deveriam se juntar a esse na busca de uma análise mais dinâmica para os processos difusionistas.

Com relação a compreensão do fenômeno de difusão de inovações, estabelecida como um sistema articulado em redes de relações institucionais e interpessoais, é interessante destacar o processo de encadeamento da informação de Meyer, citado por Santos (2003). Para Mayer, o estabelecimento da comunicação é necessário à ação encadeada das seguintes etapas: "um emissor, uma mensagem, um canal, um receptor, uma liguagem comum, tempo para que o processo ocorra e uma ou mais finalidades a serem cumpridas".

Esse encadeamento da informação seria, portanto, o mecanismo pelo qual se daria o fluxo da comunicação na difusão de inovações. Embora o próprio Milton Santos lembre que esse processo não pode ser concebido de forma lógico-direcional, uma vez que se destina a pessoas cujos interesses nem sempre são os mesmos. Além disso, é imprescindivel, para eficientização da difusão, manter-se o interesse do receptor da informação.

Na difusão da informação, levando em conta os processos de globalização, é importante ressaltar a relação entre espaço de circulação e espaço de comunicação, uma vez que a revolução técnica alterou substancialmente esta relação. Nesse ínterim, destaque-se o que revela Pierre George (1989) para quem a revolução técnica, introduzida na transmissão da informação, intervém entre o espaço concreto de circulação e o espaço abstrato de comunicação invisivel, uma vez que a técnica introduzida na transmissão da informação exprime-se em dois termos, a saber: o fator tempo, pois a transmisão é imediata, e o desaparecimento progressivo e atualmente definitivo do laço material entre o local de emissão e o de recepção da mensagem.

Ainda no contexto dos processos difucionistas, associados a ideia de rede, é interessante destacar a observação de Casttels (2003) para quem os ritmos de uma difusão, num processo revolucionário, estão atrelados às estruturas sociais e econômicas que lhe deram origem, sendo que, no caso do informacionismo, este levou mais ou menos vinte cinco anos para que seus efeitos pudessem produzir as transformações

paradigmáticas nos processos tecnológicos e sociais da globalização da informação, a começar pelos EUA, onde a reestruturação produtiva foi motivada pela desregulamentação econômica, dando maior movimentação aos capitais empregados para geração de novas tecnologias, sobretudo naqueles setores que foram beneficiados pela pesquisa pública americana como é o caso do desenvolvimento da Internet e da Biotecnologia.

Quanto à ideia de difusão, como ferramenta conceitual auxiliar no presente trabalho, realçamos dois aspectos. Em primeiro lugar, ao produzir energia elétrica para o Nordeste do Brasil, a área de Paulo Afonso foi responsável pelo oferecimento dessa energia para a industrialização brasileira na região, da chamada infra-estrutura complementar, necessária à difusão do consumo de eletro-eletrônicos, base da industrialização do pais, por outro lado, o enclave-fábrica (usinas) difundia, no seu entorno, um padrão de consumo e estilo de vida diferenciados dos dominantes no semi-árido nordestino.

Não há dúvida que a ideia de difusão se associa à de rede, sendo, portanto, uma questão que está na base da compreensão da produção de espaços urbano-regionais, particularmente da região das hidrelétricas do Sub-médio São Francisco, onde as redes de relações que foram e são tecidas no contexto das mudanças sócio-espacias da área objeto desse estudo, tem expressado o resultado das interações que foram sendo construídas ao longo da evolução da formação daquela região.

Pode-se, portanto, demonstrar que as especializações produtivas e as diferenciações hierárquicas da rede de relações podem ser estudadas a partir do papel singular e/ou complementar dos processos sócio-espacias que atingem aquela região, a exemplo da integração funcional entre os municípios de Paulo Afonso e Rodelas no estado da Bahia. O primeiro por se tratar de um importante centro de comércio e serviços e o segundo pela sua parcela de contribuição na produção agrícola regional, principalmente com a produção de coco. Ressalte-se que as conectividades dessas redes não se esgotam na escala da região onde são desencadeados os processos que lhe deram origem, mas se superpõem a outras redes num processo diversificado e complexo.

Nesse sentido, para Corrêa (1997) a formação de uma rede geográfica pressupõe a existência de um conjunto espacial funcionalmente articulado, sendo que seus nós são os diferentes núcleos de povoamento e as ligações os diversos fluxos entre esses núcleos.

Ressalta ainda esse autor que, na organização espacial do capitalismo no mundo globalizado, exige-se grande diversidade de redes, em que a influência das corporações multifuncionais e multilocalizadas desempenham importante papel na redefinição funcional desses núcleos, influenciando a intensidade de integração de cada rede na economia global.

Referindo-se às características dialéticas das relações entre o local e o global, Santos (2002, P.270) mostra que "cada vez mais as redes são globais, sendo que a mais acabada de suas formas é a financeira, graças à desmaterialização do dinheiro e o seu uso instantâneo e generalizado", razão porque considera que é muito importante o conhecimento dos movimentos particulares das redes, tendo em vista que elas [...] "estão misturadas e somam ou subtraem seus movimentos diante das oscilações do conjunto".

A própria forma como se encontram estruturadas as organizações empresariais prescinde da necessidade de integração. Nesse contexto, a lógica de organização espacial das grandes corporações, alimentada pelos mercados e pelas transformações tecnológicas tende a tornar os produtos e serviços rapidamente obsoletos. Daí a afirmação de Casttel (2003, p. 150) de que, para sua própria proteção, as empresas buscam a integração, que seria uma espécie de cooperação interempresarial. Para esse autor [...] "Não seria apenas uma maneira de dividir custos e recursos, mas constitui uma apólice de seguro contra alguma decisão errada sobre tecnologia, visto que as redes são ubíquas e interligadas".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, portanto, a atualidade da discussão das teorias espaciais como suporte para compreender como têm sido alterados substancialmente os fatores que intervêm diretamente na produção de espaços urbano-regionais, tendo em vista que essas alterações têm produzido, de forma muito rápida, mudanças proeminentes no seio das relações sociais. O caráter contraditório do desenvolvimento capitalista promove a massificação do consumo, pelo processo de integração de uma parcela da população que pode ter acesso à produção de bens e serviços, na escala requerida pelo sistema capitalista, acentuando-se simultaneamente as diferenciações socio-espaciais, com a exclusão de um crescente contigente populacional que não tem poder aquisitivo e nem tem tido oportunidades de se integrar ao sistema capitalista nos níveis de consumo difundidos entre as parcelas sociais mais abastadas.

Essa diferenciação socio-espacial pode ser observada na área objeto desse estudo, de vez que, com a implementação dos projetos de construção de grandes hidrelétricas no Submédio São Francisco, desencadeou-se um processo de crescimento econômico. Esta evolução culminou com a criação de uma área de enclave no bloco regional tratando-se, no caso em apreço, do município de Paulo Afonso-BA, que teve sua origem ligada à construção do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso.

Outras hidrelétricas construídas na área também influenciaram a produção do espaço urbano-regional, ensejando novas configurações socioespaciais, como é o caso da área de reassentamento da Hidrelétrica Luiz Gonzaga com a agricultura irrigada, com a pesca e com o turismo em Xingó. Nesse caso, é interessante observar a atuação de empresas externas que, com suas estrutura de força verticalizada, criam novas centralidades, cujas conectividades coexistem com um contexto socioeconômico localmente depauperado.

Trata-se de empresas que prestam assistência técnica, manutenção de sistemas de irrigação e consultoria em projetos de engenharia de obras civis na região da hidrelétrica Luiz Gonzaga, a exemplo da Magna Engenharia, cuja sede fica em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e Aguasolos de Fortaleza no Ceará. Na região de Xingó, a CVC, considerada a maior operadora de turismo da América Latina, detém o controle dos roteiros turísticos naquela região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIAN, Berry. Cidades como Sistemas dentro de Sistemas de Cidades In: FAISSOL, Speridião. (org.) **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Antony J. **Economia Espacial**: **urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. (Trad. Bazán Tecnologia e Lingüística) São Paulo: Futura, 2002.

LAUSEN, J. R. A Respeito de Pólos de Crescimento In: FAISSOL, Speridião. (org.) **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

MANZAGOL, Claude. **Lógica do Espaço Industrial.** (Trad. Silvia Selingarde Sampaio) São Paulo: Difel, 1985.

PERROUX, François. O Conceito de pólo de Desenvolvimento In: FAISSOL, Speridião. (org.) **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

PIERRE George,. **O Homem na Terra.** (Trad. João Gama), Lisboa: Edições 70, 1989.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial:** críticas e alternativas**.** São Paulo: Edusp, 2003.